



ACÓRDÃO Nº1572/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11925/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Pauini.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Wagner de Moura Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4309/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Pauini. Exercício de 2019.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Wagner de Moura Costa**, Presidente da Câmara Municipal de Pauini, exercício 2019, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão das restrições identificadas e não sanadas;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Wagner de Moura Costa** no valor de **R\$181.448,88** (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), que devem ser devidamente corrigidos e atualizados monetariamente nos termos do art. 25, caput, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, conforme restrições: **a) R\$33.975,88**, pela ausência de comprovação de efetiva utilização de combustível adquirido pelo órgão, assim como não comprovação de finalidade pública; **b) R\$116.473,00**, referente a diárias pagas pelo órgão a seus servidores cujos comprovantes de gastos e de finalidade pública não foram apresentados; **c) R\$30.000,00**, por pagamento de subsídios a suplente de vereador sem que houvesse cessado pagamento a vereador titular; e **d) R\$1.000,00**, pelo pagamento de juros/multa suportados pelo órgão em decorrência de atraso no recolhimento de contribuições previdenciárias e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o



ACÓRDÃO Nº1572/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Pauini,

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Vagner de Moura Costa**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCEAM, em razão de atos praticados em infração às seguintes normas legais: Lei nº 8.666/1993 - arts. 15, §7º, inciso II e 67, §1º (ausência de fiscal designado para acompanhamento de contratos e ausência de estimativas objetivas para basear os quantitativos adquiridos em contrato de aquisição de combustível); Constituição Federal – art. 29, inciso IV, alínea “b” (inobservância ao limite constitucional de vereadores em atividade), art. 29-A, §2º, incisos I, II e III (descumprimento ao limite constitucional de gastos com o poder legislativo), art. 40, §13 (pagamento de aposentados/pensionistas beneficiários do RGPS diretamente pela Câmara Municipal de Pauini), art. 70 (ausência de comprovação de finalidade pública em aquisição de combustível e em diárias recebidas por vereadores), e 168, §2º (ausência de comprovação de devolução de duodécimos repassados e não utilizados); Lei 6.496/1977 – arts. 1º e 2º (ausência de documentos que deveriam compor o projeto básico de realização de obra) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Dar ciência deste *decisum* ao Sr. Vagner de Moura Costa.**



ACÓRDÃO Nº1572/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 19 de setembro de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral